



## CÂMARA MUNICIPAL DE MARINGÁ

Avenida Papa João XXIII, 239 - CEP 87010-260 - Maringá - PR - <http://www.cmm.pr.gov.br>

### ATA

Aos dez dias de maio de 2023, às 16 horas, a **COMISSÃO DE POLÍTICA GERAIS**, designada pela PORTARIA Nº 58/2023, reuniu-se no Plenário Dr. Horácio Raccanello Filho, com a presença dos vereadores **PROFESSORA ANA LÚCIA RODRIGUES** - Presidente e **ADRIANO BACURAU** - Vice-Presidente, além do vereador Sidnei Telles. Participaram, ainda, os senhores Orlando Chiqueto, Secretário Municipal de Fazenda, Maria da Penha Sapata, Diretora Presidente da AMR, Maria Lígia Guedes, Secretária Municipal de Infraestrutura, Estevão Palmieri, Secretário Municipal de Urbanismo e Habitação, Fernando Deprá e Fabrício Salmazo representantes da COPEL e Flávio Mantovani, Diretor Geral do Procon/Maringá. Os demais participantes não citados nesta ata tiveram seus nomes registrados em lista de presença (documento nº 0296096) anexa a este processo (nº SEI 23.0.000002930-0). Destaca-se que, o objetivo dessa reunião é conhecer os avanços e as ações para garantir o cumprimento da Lei n. 11.256/2021, que dispõe sobre a obrigatoriedade da remoção dos cabos e fiação aérea excedentes, inutilizados ou que se encontram sem uso, que foram instalados por concessionárias e operadoras que utilizam a rede aérea de todo território de Maringá. Em seguida, os senhores Fernando e Fabrício fizeram uma apresentação quanto ao tema alhures, que está em anexo (documento nº 0286092), assim comentaram a situação dos cabos aéreos irregulares na cidade de Maringá. Em relação aos postes quebrados, para melhorar ainda mais a comunicação, foi criado um grupo no aplicativo whatsapp com objetivo profissional, comercial ou ordem técnica, para resolver os problemas dessa natureza. A COPEL enviará uma relação de todas as ruas da parte do centro que irá ter ações a partir do dia 15 de junho do corrente ano. Fernando disse que a primeira parte será retirada dos cabos que não estejam dentro das normas, rede não identificada (não há etiqueta necessária ou o cabo está mal afixado), e a segunda frente, será as questões emergenciais, terão aplicação de multas nesses casos. Por seguinte, Orlando Chiqueto fez os seguintes comentários que a pasta da Fazenda tem o dever de notificar as irregularidades da COPEL, pois é a única empresa concessionária, assim, atualmente, foram realizadas 56 notificações, sendo que 22 foram atendidas. Flávio Mantovani comentou que, a visão do consumidor/cidadão comum não sabe de quem é a culpa desses cabos soltos, apenas sabem que a dona do poste é a COPEL, que esta aluga para demais operadoras e o Procon trabalha nesse sentido, até aplicou uma multa de R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais); quanto as operadoras também serão notificadas, no caso de identificação da autoria dos cabos e da irregularidade, citou o exemplo da OI, que o Procon conseguiu identificar que era seu cabo e fez sua notificação, mas sem qualquer resposta foi aplicado uma multa no valor de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), e a maior preocupação é com a população, pois ela não sabe que tipo de fio é e se tem perigo em razão da energia, sendo um grande risco para o povo, ainda sugeriu realizar em conjunto com a COPEL campanhas educativas para que o cidadão saiba realizar o procedimento correto quando encontrar esses fios soltos; Ana Lúcia comentou que se fosse possível que cada operadora instalasse o cabo já com a identificação, assim como nas novas instalações do 5G; Bacurau, com a palavra, agradeceu a presença de todos e disse que a apresentação foi boa e espera-se que haja questionamento por parte da plateia. Sidnei Telles comentou que a concessionária é responsável pelos cabos que estão nos seus postes, pois recebem a tarifa para isso, por isso devem cumprir a legislação municipal e demais normas, assim se espera que a empresa faça a retirada dos cabos; Márcia Campos, representante da associação dos moradores da Zona 02, agradeceu a presença de todos e relembrou que foi uma das autoras da ideia a legislação atual junto com a vereador Ana Lúcia, pois como representante de bairro estava revoltada com a situação dos cabos soltos. Fernando disse que fizeram um processo de inventário dos postes, e que hoje para ceder o espaço é um processo que leva 4 (quatro) dias para resolver, identificaram empresas clandestinas, portanto é um trabalho para regularizar a situação de todos para que seja utilizado corretamente o espaço que é cedido pela COPEL. Fabrício comentou que a COPEL está disposta a conversar com todas as operadoras. Estevão informou que é importante para urbanismo, gestão territorial, qualidade paisagem urbana e da comunicação visual a retirada desses cabos, pois melhorará a

qualidade de vida e a segurança das pessoas, assim a sua equipe está dando apoio a esta causa e que está a disposição para qualquer esclarecimento para possíveis estudos. Fabrício, disse que o custo de cabeamento subterrâneo é 10 (dez) vezes maior do que a aérea, no cenário atual da economia é inviável, ainda as residências não estão preparadas para receber este tipo de cabeamento ou a inexistência de acesso do cabo subterrâneo da rua para as casas, mas a discussão sempre é válida. Maria Lígia reportou que a fiação subterrânea foi bem explicada pelo Fabrício, compreende que a questão da manutenção é dificultosa. Ainda, relatou que as conversas com a COPEL está desde o início do ano de 2022 quanto a questão em discussão, portanto a prefeitura sempre esteve preocupada com a situação dos fios expostos, relatou que o problema dos cabos é a destinação deste passivo. Maria da Penha Sapata comentou que a Agência Maringaense de Regulação tem o papel muito específico nas concessões municipais, no caso da COPEL é uma concessão de nível federal, portanto a AMR pode contribuir e ajudar nessas ações. Ana Lúcia, como proposta de encaminhamento, visto que dia 15 de junho começa essa ação, informa que a comissão de políticas gerais fará esse monitoramento junto a Copel na busca do feedback sobre o que foi feito e das ações realizadas, quantas toneladas de cabos que foram retiradas. Nada mais havendo a ser tratado, após agradecer a presença de todos, foi encerrada a reunião às 17h30min, lavrando-se a presente Ata que, depois de lida e aprovada, vai assinada pelos presentes.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Lúcia Rodrigues, Vereadora**, em 23/05/2023, às 14:05, conforme Lei Municipal 9.730/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.cmm.pr.gov.br/verifica> informando o código verificador **0296091** e o código CRC **4D8146E4**.